

O PANSOMALISMO NA CONSTRUÇÃO E NA CRISE DO ESTADO SOMALI: INTEGRAÇÃO E IRREDENTISMO

Rafaela Pinto Serpa¹²



Introdução

O colapso do Estado somali em 1991 constitui um dos episódios mais emblemáticos de desintegração estatal no continente africano, com o país mantendo-se em uma guerra civil que até hoje ainda está presente em algumas regiões. Nesse sentido, a Somália na década de 1990 pode ser definida como um “Estado Colapsado”, ou seja, uma versão extrema de “Estado falido”. Conforme a classificação de Rotberg (2003), o Estado em colapso é caracterizado pelo completo vácuo de autoridade dentro das fronteiras do país, resultando na divisão em sub-regiões sob o controle de atores subestatais que privatizam o aparato de segurança, mercados, comércio e relações político-econômicas externas, e que ficaram conhecidos como Senhores da Guerra.

A literatura sobre esse processo (e sobre a condição estatal africana no geral), tem sido marcada por interpretações que privilegiam aspectos identitários da sociedade somali — a ideia de que a permanente fragmentação clânica impossibilitou a construção de um Estado-nação moderno (Lewis 1988). Portanto, às vezes como causa, às vezes como efeito, os debates sobre

1 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Brasil. E-mail: rafaela.p.serpa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1128-6796>.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por meio da concessão de bolsa de pós-doutorado vinculada ao projeto “Segurança e Defesa na África: Características, Mudanças e Impactos no Entorno Estratégico Brasileiro”, contemplado pelo Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (Pro-Defesa) - Edital nº 36/2023.

“Estados falidos” e “disputas identitárias” estão majoritariamente presentes nos debates sobre a crise dos Estados pós-coloniais.

De forma oposta, este trabalho parte de uma ideia de identidade ampla que existia na região — a *somallitude*³. A existências de ambas as formas identitárias, mesmo conflitantes (fragmentada por um lado e coesa por outro), não explica a questão em si, e demonstra a necessidade de deslocar o foco da análise. Portanto, este artigo sustenta que o colapso estatal deve ser compreendido a partir das contradições inerentes ao próprio processo de construção do Estado na Somália em meio à condição do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, argumenta-se que o pansomalismo — entendido como o projeto político de reunificação dos territórios habitados por populações somalis no Chifre da África — constituiu o eixo ideológico da formação do Estado somali, operando simultaneamente como vetor de coesão nacional e como fator de fragilização estrutural. A hipótese central deste artigo é que o pansomalismo assumiu um caráter contraditório ao longo do processo de formação do Estado. Se, em sua origem, atuou como um mecanismo de construção da nação, ao fornecer um horizonte político comum e legitimar o Estado nascente, sua transformação em projeto irredentista por parte da elite somali deslocou a prioridade da construção interna para a projeção territorial externa. Esse deslocamento não apenas excedeu as capacidades materiais do Estado somali, mas também reconfigurou o próprio conteúdo do interesse nacional. Dessa forma, o pansomalismo, ao se vincular à agenda de reunificação territorial, deixou de expressar um projeto coletivo de integração e desenvolvimento, passando a refletir os interesses de frações da elite, que utilizaram o nacionalismo como instrumento de legitimação política.

Os objetivos do artigo consistem, portanto, em analisar o pansomalismo em sua dupla dimensão — como projeto de integração nacional e como projeto irredentista —, evidenciando como a tensão entre essas dimensões contribuiu, dialeticamente, para a construção e a crise do Estado somali. Para tanto, o artigo examina, primeiramente, as origens do pansomalismo na política somali no pós-Segunda Guerra Mundial, destacando seu papel na formação de uma identidade nacional relativamente coesa, que orientou o processo de unificação das Somalilândias Italiana e Britânica a partir de 1960. Em seguida, analisa-se a projeção externa desse projeto, evidenciada nas tensões e conflitos com Estados vizinhos, como a Etiópia, o Djibuti e o Quênia, no âmbito da agenda irredentista. Por fim, busca-se demonstrar como

3 A ideia de *somallitude* exemplifica um sentimento de unidade presente nos povos da região, seria como “ser somali”. Existia uma consciência coletiva de pertencimento que ultrapassava os limites territoriais fixos impostos depois (Farah e Eno 2022).

a priorização dessa dimensão expansionista, em detrimento da construção interna, contribuiu para a fragilização do Estado e para a sua posterior crise, refletidos na Guerra do Ogaden e suas consequências.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem hipotético-dedutiva, a partir de uma análise histórica e materialista, portanto, qualitativa. A análise é estruturada em três níveis — nacional; regional; e sistêmico —, que se sobrepõem numa espécie de círculos concêntricos de dependência mútua. Entende-se que a articulação dos três níveis de análise (sistêmico, regional e nacional) pode contribuir para a percepção, por um lado, dos constrangimentos oferecidos pela estrutura, ao mesmo tempo em que, por outro lado, permite observar a capacidade de agência dos Estados (e das forças sociais que o constituem) frente a essas restrições (Pereira e Serpa 2024).

Nesse sentido, o desenvolvimento do pansomalismo e suas implicações na política somali são compreendidos como produtos dessa interação: no plano regional, as disputas territoriais e as assimetrias de poder no Chifre da África impuseram limites e intensificaram seu caráter conflitivo; no plano sistêmico, a Guerra Fria reconfigurou alianças e ampliou a margem de manobra do Estado somali. Assim, a trajetória do pansomalismo é situada na interseção dessas dinâmicas, que condicionaram tanto suas possibilidades quanto seus efeitos desestabilizadores.

Origens do Pansomalismo: Identidade e Território

A Somália é um caso diferenciado da maioria dos estados africanos em relação à presença de uma identidade comum antes das divisões coloniais. Enquanto a maioria dos países africanos independentes era composta por Estados criados sob o regime colonial que lutavam para se tornar nações mais coerentes, a Somália, em contrapartida, era vista como uma nação que lutava para se transformar em um Estado mais estável e integrado (Ki-Zerbo 1972; Elaigwu e Mazrui 2011).

De fato, antes mesmo da consolidação de fronteiras estatais, existia uma consciência coletiva de pertencimento que ultrapassava os limites territoriais fixos impostos depois. A chamada “*somallitude*” — ancorada em uma matriz étnico-linguística comum, no islamismo sunita como religião dominante, em práticas socioculturais pastorais e em experiências coloniais similares — configurava uma base potencial para a constituição de um caráter nacional robusto (Touval 1963; Carrillo 2011; Lewis 2008).

A língua comum desempenhou um papel fundamental na construção do nacionalismo somali, sendo a Somália um dos raros casos na África de uma nação com homogeneidade linguística, onde cerca de 95% da população compartilha o mesmo idioma materno, portanto, que não é o do colonizador. Mesmo antes do desenvolvimento de uma escrita oficial na década de 1970, a literatura oral e a poesia foram os principais alicerces da identidade nacional (Metz 1992; Chonka e Healy 2021). Conhecida como “terra de poetas”, a oratória e os poemas — exemplificados pelas obras do líder nacionalista Mohamed Abdullah Hassan, conhecidas em todo o território — foram instrumentos políticos e culturais poderosos para mobilizar diferentes grupos e difundir um sentimento de unidade que diferenciava claramente os somalis de seus vizinhos (Samatar 1982).

A prática do Islã, majoritariamente sunita de orientação sufi, funciona como um elo unificador de caráter universalista (Carrillo 2011). Ordens religiosas tradicionais, como a Qadiriya e a Salihyah, historicamente se esforçaram para erradicar divisões tribais, enfatizando o vínculo religioso comum. Mas o Islã ultrapassa sua dimensão religiosa, projetando-se como um pilar estruturante da própria organização social, política e simbólica somali. Por um lado, o mito fundamental da nacionalidade somali, a genealogia comum, que liga as diversas linhagens de clã a dois ancestrais míticos — Samaale e Sab⁴ —, remontam aos coraixitas, uma linhagem direta do profeta Maomé (Lewis 2008; Samatar 1988). Por outro, os sultanatos representaram a primeira forma de organização política centralizada e supraclânica entre os somalis, mas sem expressão territorial. Organizaram-se em torno de cidades como Zeila e Mogadíscio, que floresceram como centros comerciais e religiosos entre os séculos IX e XII, fruto do encontro entre habitantes locais e imigrantes árabes e persas⁵ (Fasi e Hrbek 2010; Samatar 1988).

O sentimento de unidade islâmica também se manifesta como vetor de resistência política e militar entre os somalis. Conflitos históricos, como

4 Segundo as tradições, a partir desses ancestrais comuns, o povo somali ramifica-se em dois grupos de linhagens: os Sab e os Samaale. No entanto, as divisões sociais baseadas nas linhagens são baseadas também na vocação econômica: os Sab são parcialmente sedentários, de economia mista (agricultura e pecuária) e vivem no Sul; e os Samaale são pastores nômades predominantes no resto do território. Percebe-se, portanto, que existe uma interdependência entre o modo de produção e a identidade (Samatar 1988).

5 O que deu origem a uma elite costeira ligada a potências regionais como Iêmen e Omã (Samatar 1988).

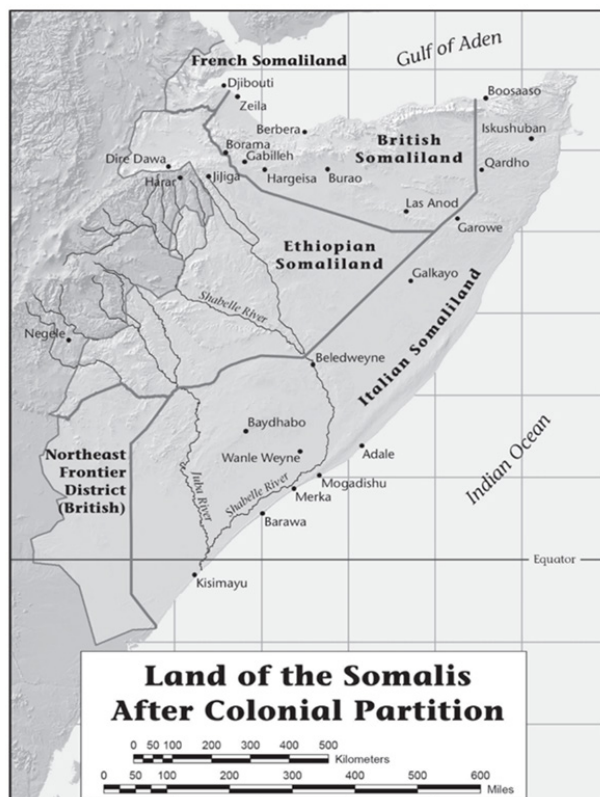
as campanhas conduzidas pelo imã Ahmed Grand⁶ contra a Etiópia cristã no século XVI, ilustram como a fé islâmica foi mobilizada como princípio organizador da guerra e da coesão política. Tais experiências históricas consolidaram uma tradição de enfrentamento ao que é percebido como dominação estrangeira e infiel, reforçando simultaneamente a unidade interna e a diferenciação dos somalis em relação a seus vizinhos (Diallo 2021; Carrillo 2011).

A associação histórica do povo somali com o território do Chifre da África é outro pilar da sua identidade, sendo a região historicamente conhecida como a “terra onde os somalis vivem”. Esta conexão territorial é indissociável do modo de vida nômade e da economia pastoril, que são comuns à grande maioria da população e moldaram a ocupação do espaço ao longo dos séculos. A natureza árida da região, caracterizada por vastas savanas e escassez de recursos hídricos, exige migrações sazonais constantes para a subsistência dos rebanhos, o que estabeleceu uma profunda interdependência entre o modo de produção pastoral e a identidade do povo. Esses dois últimos aspectos foram os mais visivelmente afetados pela divisão colonial no século XIX (Samatar 1988; Cassanelli 1982).

O impacto do colonialismo sobre o povo somali representou uma ruptura profunda em sua trajetória histórica, desestruturando sua realidade socioeconômica e política para atender aos interesses das potências imperiais (Acosta 2011; Wallerstein 2005). Diferente de outras regiões africanas, onde a colonização agrupou povos distintos, no Chifre da África ela fragmentou uma identidade pré-colonial, dividindo-a em cinco jurisdições territoriais: a Somalilândia Britânica, a Somália Italiana, a Somalilândia Francesa (Djibuti), o Ogaden (sob domínio etíope) e o Distrito da Fronteira Norte (no Quênia britânico)⁷ (Andrés e Ledesma 2023; Yuusuf 2021; Lewis 1988).

6 As histórias de Ahmed como herói popular dos somalis foram contadas por gerações e serão enfatizadas no contexto de construção dos movimentos nacionalistas somalis do século XX. Ele representava os três pontos fundamentais da construção da nacionalidade somali: i) a genealogia comum somali e a liderança sobre os diferentes grupos tradicionais; ii) o Islã como unificador; e iii) a luta contra a rival Etiópia (Carrillo 2011; Touval 1963).

7 A exploração sistemática do Chifre da África e o aprofundamento do colonialismo na região foram impulsionados de forma decisiva pela abertura do Canal de Suez em 1869. Ao ligar o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho, a construção do canal conectou a Europa diretamente ao Oceano Índico, à Índia e ao Extremo Oriente, transformando a costa somali em uma área de extrema importância geoestratégica (Pankhurst e Cassanelli 2011).

Figura 1: Os cinco territórios somalis depois da divisão colonial

Fonte: Samatar (2019).

O colonialismo também promoveu uma transformação profunda no modo de vida somali, particularmente ao desestruturar o nomadismo pastoral que constituía a base econômica de aproximadamente 80% da população. A imposição de fronteiras interrompeu as migrações sazonais tradicionais em busca de água e pastagens (Samatar 1988; Cassanelli 1982). Paralelamente, as potências europeias reconfiguraram a organização social por meio de estratégias típicas de “dividir para governar”: por um lado, promoveram a hierarquização e a reificação de identidades clânicas anteriormente mais fluidas, instrumentalizando rivalidades para facilitar o controle político, especialmente no contexto do governo indireto britânico; por outro, fomentaram a formação de elites locais cooptadas e de uma burguesia burocrática urbana responsável por mediar o acesso a recursos e poder, o que contribuiu para aprofundar a clivagem entre os centros urbanos comercializados e o interior

predominantemente nômade (Chazan et al. 1999; Clapham 2023; Visentini et al. 2014).

Um aspecto singular do colonialismo na Somália foi o papel da Etiópia. Sob o comando de Menelik II, o Império Etíope expandiu-se para as terras baixas habitadas pelos somalis (Ogaden e Harar) como uma estratégia defensiva para criar uma “profundidade estratégica” contra os europeus. A vitória etíope sobre a Itália na Batalha de Adwa (1896) consolidou a Etiópia como um Estado soberano, e assim, participou ativamente da partilha do território somali através de tratados com britânicos e italianos. Para os somalis, a Etiópia passou a ser vista como uma potência colonialista cujas reivindicações territoriais baseavam-se em mitos nacionais de um antigo império abissínio (Clapham 2023; Ki-Zerbo 1972; Andrés e Ledesma 2023).

Diante da dominação europeia e da pressão do império etíope (ambos ligados ao cristianismo), o Islã ressurgiu como uma força de resistência patriótica e unificadora. Ordens religiosas e autoridades muçulmanas tornaram-se os principais polos de oposição, utilizando a fé para mitigar as divisões tribais e mobilizar a população contra o que consideravam uma invasão infiel e estrangeira. A resistência somali ao domínio colonial atingiu seu ápice com o Movimento Dervish, liderado por Sayyid Mohamed Abdullah Hassan, conhecido pelos colonizadores como “Mad Mullah”, cuja insurreição, ao longo de cerca de duas décadas, chegou a conquistar o reconhecimento de um território próprio sob autoridade de Mahamed (Samatar 1979; Bade 2020; Sheik-Abdi 1977). A derrota do movimento em 1920, inclusive com o uso pioneiro de bombardeios aéreos britânicos, assegurou o domínio colonial, mas não eliminou o legado político e simbólico da resistência (Irons 2013). Ao contrário, a figura de Hassan foi progressivamente elevada à condição de mito nacional, apropriada e mobilizada pelos movimentos nacionalistas, que surgiram em meio aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, como símbolo fundacional da luta pela criação de um Estado somali soberano (Chonka e Healy 2021; Yuusuf 2021).

Paralelamente, o ideal de uma Grande Somália a partir da unificação dos territórios somalis divididos ganharam força em meio às dinâmicas geopolíticas da Segunda Guerra Mundial. Com a conquista da Etiópia pelos italianos em 1936, foi criada a *Africa Orientale Italiana*, um vasto território que agrupava diversas províncias sob regime fascista. Nesse período, entre 1936 e 1941, ocorreu a única ocasião após a partilha colonial em que a região do Ogaden foi reunida administrativamente à Somália por mãos italianas. Mussolini utilizou o sentimento do pansomalismo para justificar essa expansão territorial, e parte do movimento nacionalista somali aliou-se aos italia-

nos acreditando que essa unificação seria o primeiro passo para uma futura independência total (Sheik-Abdi 1977; Touval 1963).

Após a vitória sobre os italianos em 1941, a Grã-Bretanha estabeleceu uma Administração Militar Britânica (BMA) sobre o território somali e o império etíope ocupado. Sob o mandato britânico, a região do Ogaden e as “Áreas Reservadas” (como o Haud⁸) permaneceram vinculadas à administração de Mogadíscio, e a ideia de uma “Grande Somália” tornou-se uma obsessão para os ingleses, que teriam um papel importante na construção do movimento pan-somali, apoiando diretamente a criação de partidos políticos somalis (Clapham 2023; Ahmed 1995; Yuusuf 2021).

Figura 2: Mapa da “Grande Somália” e sua divisão entre os atuais Estados do Chifre da África



Fonte: Møller (2009).

8 O Haud é uma região com ricas pastagens responsáveis por 50% da subsistência de toda a população do protetorado da Somalilândia Britânica. Em 1897 e em 1954 (depois da invasão italiana da Etiópia na Segunda Guerra Mundial), os britânicos irão passar o Haud para administração etíope, mesmo sob protestos da população somali (Lewis 1988).

Em 1946, em meio às negociações do fim da Segunda Guerra, o político britânico Ernest Bevin propôs o que ficou conhecido como “Plano Bevin”, que sugeria incorporar a Somalilândia Italiana à Britânica e partes da Etiópia em uma única unidade sob tutela da Grã-Bretanha. Embora o plano visasse manter o monopólio da influência britânica na região, ele foi amplamente celebrado pelos somalis, pois legitimava internacionalmente o objetivo da unificação dos territórios habitados por somalis. No entanto, uma comissão formada pelas quatro potências vencedoras da Segunda Guerra — EUA, URSS, França e Grã-Bretanha — decidiu, em 1948, pelo retorno às fronteiras anteriores a 1936, acabando com os planos de manutenção do domínio inglês em toda a região, e mantendo a Somália dividida (Touval 1963; Clapham 2023; Barnes 2007).

Em 1950, os territórios da antiga Somalilândia Italiana ficaram novamente sob tutela dos italianos, mas com uma data para independência assegurada pela ONU para o ano de 1960. Nesses dez anos, os europeus deveriam inserir os somalis na administração de maneira gradual. No que diz respeito aos territórios em litígio com a Etiópia, em 1950 o Ogaden retornou para o território etíope, e o Haud apenas em 1954, sob intenso protesto da população do protetorado (Millman 2014; Touval 1963).

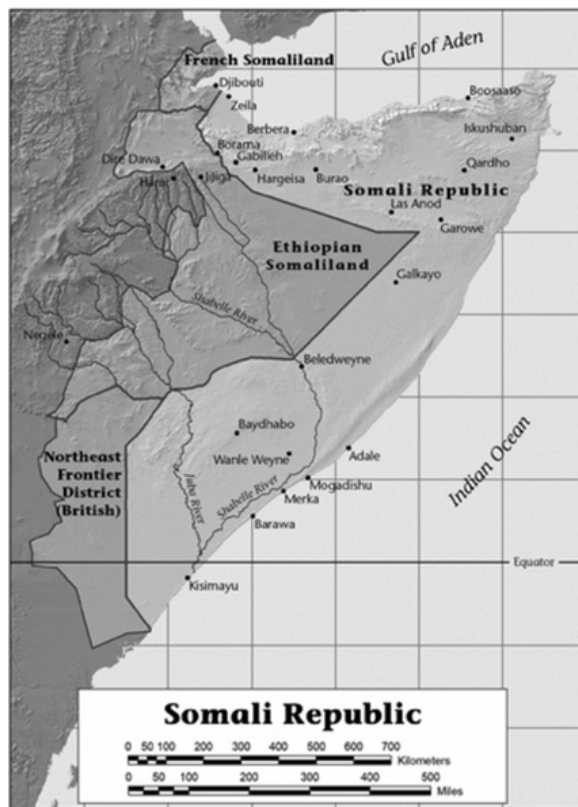
A União das Duas Somálias: Pansomalismo como Integração Nacional

As independências e unificação de dois dos cinco territórios somalis em 1960 foram um marco histórico. A criação de um Estado liderado por somalis estava sendo criado quatro décadas após a resistência de Madi Mullah. Para os somalis, a vitória sobre o colonialismo e sobre a divisão imposta por ele estava acontecendo. A reunião das legislaturas das duas Somalilândias em Mogadíscio, no dia 1 de julho de 1960, sob o princípio de “uma bandeira, um presidente, um parlamento e um governo”, simbolizou o triunfo político do projeto pansomalista enquanto ideologia de unificação nacional (Samatar 2016).

Entretanto, conforme Nkrumah (2025), a conquista do “reino político” e a integração formal dos dois territórios representava apenas o primeiro momento de um processo mais amplo de construção estatal e edificação nacional, que de forma geral marcou os Estados africanos pós-coloniais (Elai-gwu e Mazrui 2011; Wallerstein 2005). Apesar da existência de uma identidade somali anterior ao colonialismo — elemento central para a unificação

—, tal identidade não foi suficiente para garantir, por si só, a estabilidade política e a consolidação institucional do novo Estado. Nesse sentido, torna-se necessário situar teoricamente os limites dessa identidade prévia, distinguindo-a da forma histórica específica assumida pela nação no capitalismo.

Figura 3: República da Somália unindo a Somalilândia Britânica e Italiana em 1960



Fonte: Abdi Samatar (2019).

Em contextos pré-modernos, a identidade coletiva estava predominantemente associada a elementos culturais, linguísticos e étnicos compartilhados, aproximando-se do que hoje se entende por “etnia” (Rivas 1981; Amin 2006). Contudo, no capitalismo, a nação articula-se intrinsecamente ao Estado, e portanto, passa a constituir-se vinculada não apenas a uma sociedade, mas também a um território delimitado, a uma economia integrada e a

um aparato político centralizado (Bresser-Pereira 2008; Arrighi 2016; Amin 2006). Esse processo correspondeu à formação do Estado moderno europeu, no qual a constituição da nação e a consolidação do Estado ocorreram de forma relativamente articulada e endógena, resultando na conformação do Estado-nação como unidade político-territorial característica do capitalismo⁹ (Tilly 1996; Hobsbawm 2008; Arrighi 2016).

Todavia, essa trajetória assume características distintas na periferia do sistema, onde a formação dos Estados nacionais esteve frequentemente subordinada à expansão colonial e às dinâmicas do capitalismo global (Amin 2006; Acosta 2011; Wallerstein 2005). Dessa forma, a República da Somália enfrentou o desafio de consolidar sua identidade nacional enquanto lutava para estabelecer um Estado coeso e funcional, em meio a busca pela superação do subdesenvolvimento, e sob os condicionantes geopolíticos da Guerra Fria. Nesse contexto, conforme Brucan (1983), esse processo não é algo espontâneo ou natural, mas o resultado de um projeto político deliberado, no qual a ação estatal atua como catalisadora da construção de uma consciência nacional, da definição de interesses comuns e da mobilização de recursos de poder necessários para sua afirmação¹⁰.

No caso da Somália, a unificação também trouxe consigo o desafio concreto de integrar duas formações coloniais distintas. Foram setenta anos de domínio britânico e italiano em cada território somali criando e acentuando diferenças regionais. Diferentes padrões econômicos, políticos e administrativos criaram diferenças sociais significativas, principalmente nas elites urbanas. No plano institucional, coexistiam sistemas administrativos divergentes, marcados pela herança do *common law* britânico no norte e por formas jurídicas italianas e consuetudinárias no sul (Yuusuf 2021).

9 Nesse processo, o Estado-nação, funciona como base de legitimidade política e como elemento de coesão social no plano interno; enquanto no cenário internacional, atua como instrumento de projeção dos seus interesses, portanto, organizando e sustentando a expansão capitalista em escala internacional (Arrighi 2016; Brucan 1983).

10 Brucan (1983) utiliza três conceitos para explicar esse processo: caráter nacional, interesse nacional e poder nacional. O primeiro diz respeito à produção histórica de uma consciência política comum, capaz de ampliar horizontes identitários restritos e vinculá-los à autoridade e à comunidade política representadas pelo Estado. O segundo refere-se à formulação dos objetivos estratégicos que orientam a ação estatal, podendo expressar tanto interesses particularistas das frações dominantes quanto um projeto coletivo de desenvolvimento e coesão nacional. O terceiro corresponde à capacidade de o Estado concentrar e mobilizar recursos materiais, administrativos, coercitivos e infraestruturais necessários à integração interna e à projeção externa. Nessa perspectiva, tais dimensões não emergem espontaneamente, mas são historicamente produzidas pela ação política e institucional do Estado no processo de formação nacional.

A própria língua somali permaneceu, até 1972, exclusivamente oral, o que obrigava a administração estatal a operar em inglês e italiano, criando uma barreira entre o Estado e a população. Apenas poucos funcionários públicos eram bilingues, fazendo com que a maioria da administração não pudesse se comunicar de forma escrita (Samatar 1988).

Essas dificuldades eram agravadas por limitações materiais concretas. A infraestrutura herdada do período colonial era orientada para a ligação com as metrópoles, e não para a integração interna do território. As comunicações entre o norte e o sul eram extremamente precárias: a ligação terrestre entre Mogadíscio e Hargeisa, de aproximadamente 850 km, podia levar dias e era frequentemente interrompida nas estações chuvosas; inexistiam conexões telefônicas diretas por meses após a unificação, e o transporte aéreo era limitado. No plano econômico, o comércio entre as duas regiões era praticamente inexistente, as tarifas e moedas eram distintas, e a circulação de bens e serviços permaneceu restrita. A própria padronização de salários, sistemas administrativos e forças de segurança implicava custos políticos elevados, na medida em que poderia favorecer uma das regiões em detrimento da outra (Lewis 1988; Metz 1992).

A integração, portanto, não era apenas uma tarefa administrativa, mas um processo profundamente político, no qual o controle do aparato estatal tornava-se objeto de disputa entre elites regionais. Nesse sentido, embora a identidade coletiva estivesse relativamente consolidada para os somalis, a autoridade estatal precisava ser construída e legitimada em todo o território¹¹ (Lewis 1988; Samatar 2016; Touval 1963). Mas o processo de independência na Somália não foi unificado em um grande partido nacional, assim como não existia uma liderança unânime e representativa para todas as diferenças subnacionais — as chamadas instituições integradoras de Wallerstein¹². Além disso, a força centrípeta do nacionalismo, inicialmente impulsionada pelo

11 É precisamente essa tensão que Elaigwu e Mazrui (2011) definem como “crises gêmeas” de identidade e autoridade: a primeira tem como principal teatro a nação, isto é, a produção de um sentimento de pertencimento político comum; a segunda manifesta-se sobretudo no Estado, na medida em que este busca afirmar sua legitimidade institucional, sua capacidade de coordenação e o monopólio da coerção. Nos contextos pós-coloniais, ambas tendem a reforçar-se mutuamente: a fragilidade da integração nacional debilita a legitimidade estatal, ao passo que a fraqueza institucional do Estado compromete a consolidação de uma comunidade política compartilhada.

12 Para Wallerstein (2005), “instituições integradoras” são estruturas políticas e simbólicas por meio das quais o novo Estado difunde normas, produz lealdades comuns e torna tangível sua presença no cotidiano da população. No contexto africano pós-colonial, destacam-se sobretudo o partido nacional e o herói nacional, ambos oriundos da luta anticolonial e centrais à construção da unidade política.

processo de independência, começou a enfraquecer diante das persistentes disparidades socioeconômicas e da incapacidade do Estado de produzir uma integração efetiva (Amin 2006; Wallerstein 1973; Nkrumah 1977).

Portanto, não ocorreu a ampliação do caráter horizontal e vertical de pertencimento — isto é, a incorporação de diferentes grupos em uma comunidade política mais ampla e igualitária. Conforme Brucan (1983), a dimensão vertical refere-se à progressiva aceitação da legitimidade de um governo central pelos membros de uma entidade preexistente, ao identificarem-se com este governo central como símbolo da nação. Esse processo não envolvia apenas a aceitação da autoridade coercitiva do Estado mas, também, a identificação simbólica com a comunidade política representada pelo governo central¹³ (Brucan 1983). Por sua vez, a dimensão horizontal implica na aceitação da igualdade entre todos os membros do corpo cívico, reconhecendo o direito de todos a compartilhar uma história comum, recursos, valores morais e outros aspectos do Estado.

Esse pertencimento horizontal é ainda mais difícil de construir, pois está relacionado ao desenvolvimento do Estado e sua ampliação para todos os setores da sociedade, processo oposto ao funcionamento do Estado capitalista (Pereira e Xerri 2020). Como indicam Amin (2006) e Wallerstein (1973), a ausência de transformação material das condições de vida limita o caráter horizontal do pertencimento nacional, dificultando a consolidação de projetos nacionais duradouros.

Conforme Nkrumah (2025, 120), “todo movimento de independência em uma situação colonial contém dois elementos: a demanda por liberdade política e a revolta contra a pobreza e a exploração”. Portanto, a superação do subdesenvolvimento torna-se central na construção dos Estados na África, e define as posições políticas dentro do Estado. Giovanni Arrighi (2006) enfatiza que a África herdou da fase colonial e pré-colonial uma estrutura econômica e política que dava pouco espaço para a construção de economias nacionais viáveis. O poder econômico continuou controlado pelo capital internacional, pois a inserção desigual da África na divisão internacional do trabalho a partir do colonialismo impediu a formação de uma forte burguesia local (Amin 2006). A elite africana contemporânea — a classe governante —, portanto, nasce das estruturas coloniais, oriunda das elites cooptadas, e mantém seus laços com o capital estrangeiro (Nkrumah 1977; Samoff 1982).

Refletindo essa lógica, a Somália herdou uma economia frágil, marcada por forte dependência externa e limitada capacidade. A ausência de

¹³ Tentativas de secessão constituíam, portanto, desafios à autoridade do governo central e rejeição ao sentimento de identidade comum (Elaigwu e Mazrui 2011).

uma burguesia nacional autônoma e a centralidade do capital estrangeiro implicaram que o controle econômico permanecesse, em larga medida, fora do alcance do Estado produtiva (Samatar 2016; Samatar 1988). A elite governante, oriunda das estruturas coloniais — caracterizada como “burguesia burocrática” — encontrou no controle do aparato estatal o principal meio de reprodução de seus interesses. Nesse sentido, o Estado tornou-se não apenas instrumento de integração nacional, mas também espaço privilegiado de disputa e acumulação (Samoff 1982).

Como uma fração da classe capitalista, a burguesia interna faz parte da aliança de classes que compõe a estrutura de dominação político-econômica. Essa classe se legitima como tal através do domínio do Estado e, portanto, o interesse nacional nesse momento reside nos interesses de manutenção das estruturas socioeconômicas capitalistas (Brucan 1983).

Dessa forma, ao longo da década de 1960, os governos civis mantiveram, em grande medida, as estruturas econômicas herdadas do colonialismo, aprofundando a dependência de investimentos estrangeiros e de ajuda externa. A política de atração de capitais e a manutenção do controle estrangeiro sobre setores estratégicos, como a indústria da banana, restringiram as possibilidades de desenvolvimento autônomo. Além disso, os poucos projetos de desenvolvimento focaram nas áreas urbanas e dependeram quase integralmente de ajuda externa, enquanto o governo marginalizava e tributava os nômades. Apesar do influxo massivo de milhões de dólares de diversos doadores internacionais para cobrir déficits comerciais, os gastos concentraram-se em burocracia e defesa, elevando a dívida externa para 48 milhões de dólares em 1968 (Laitin e Samatar 1984; Samatar 1987).

Por fim, o processo eleitoral de 1969, no qual dezenas de partidos e mais de mil candidatos disputaram apenas 123 assentos, escancarou a lógica de barganha por cargos públicos como o caminho mais fácil para o enriquecimento da elite. A percepção do Estado como mero objeto de disputa entre grupos concorrentes corroeu a credibilidade das instituições e aprofundou a fragilidade estrutural do modelo pós-colonial. Esse cenário de esgotamento culminou na ruptura de 1969, com a ascensão de Siad Barre ao poder por meio de um golpe militar (Laitin 1976; Samatar 1988).

Inserido em um contexto mais amplo de crise dos Estados pós-coloniais e de ascensão de regimes militares de orientação socialista na África¹⁴, o novo regime apresentou-se como uma alternativa capaz de superar os limites do período anterior, articulando um projeto de centralização política, reorganização econômica e mobilização ideológica sob a bandeira do “socialismo científico”. O regime de orientação socialista na Somália ascendeu, portanto, por meio de um golpe militar (Visentini 2020). Mas de fato, as Forças Armadas eram uma das poucas instituições desenvolvidas nos jovens Estados, e adquiriram um papel de entidade nacional unificadora, acima das divisões tribais e atenta à realidade social do país. Embora muitos desses líderes militares tivessem pouca ou nenhuma formação teórica marxista, eles viam no modelo socialista uma forma de centralizar o poder, garantir a soberania nacional e promover o desenvolvimento (Markakis 1986; Visentini 2020). Acima de tudo, a URSS era um “modelo” de desenvolvimento, de Estado centralizado, soberano e multinacional (Visentini 2025).

Portanto, a doutrina marxista-leninista se tornou atraente para os Estados africanos na década de 1970 pois oferecia uma série de soluções adaptadas às necessidades políticas, econômicas e sociais desses países. Nos primeiros anos, o regime de Mohamed Siad Barre buscou implementar uma gama de medidas de promoção do que chamaram de autossuficiência: nacionalização de setores estratégicos, a elaboração de planos de desenvolvimento e a ampliação da presença estatal no meio rural (Samatar 1988; Laitin 1976). Um dos maiores marcos desse período foi a campanha de alfabetização de 1974, que oficializou a escrita latina para a língua somali e mobilizou estudantes a fim de ensinar populações nômades a ler e escrever, elevando em poucos meses a taxa de alfabetização de quase zero para mais de 50% e fortalecendo os vínculos entre o Estado e a população rural (Samatar 1988). Paralelamente, o regime procurou utilizar o nacionalismo — e, em particular, o pansomalismo — como instrumento de coesão, buscando substituir lealdades subnacionais por uma identidade centrada no Estado (Ledesma 2018).

Contudo, apesar desses avanços, as limitações estruturais que marcavam a formação do Estado somali não foram superadas de maneira substantiva. A base econômica permaneceu frágil, a dependência externa persistiu,

14 A crise dos jovens-Estados africanos foi amplificada pela crise econômica que se alastrou pela periferia do sistema capitalista (Clapham 1996), desencadeando mobilizações sociais impulsionadas por forças de esquerda e nacionalistas, fortalecendo movimentos revolucionários no Terceiro Mundo e fomentando uma onda de revoluções anti-imperialistas e socialistas (Halliday 1989). Portanto, o equilíbrio de forças no plano mundial e a crise econômica que afetava as potências capitalistas, aprofundou as crises internas africanas, e inspirou as respostas socialistas.

agora vinculada aos países socialistas, e a capacidade administrativa do Estado mostrou-se insuficiente para sustentar, no longo prazo, o projeto de transformação proposto. Gradualmente, o impulso inicial do regime foi sendo contido por essas restrições, e a estratégia de centralização e mobilização ideológica passou a reproduzir, sob novas formas, padrões já presentes na década anterior (Samatar 1987, 1988).

Nesse sentido, ainda que a década de 1970 tenha sido marcada por avanços relativos no fortalecimento do aparato estatal e na tentativa de reorganização econômica, tais iniciativas revelaram-se, em última instância, limitadas. A intensificação da projeção externa do Estado, articulada à manutenção do ideal irredentista do pansomalismo dentro da elite do Estado, conduziu ao envolvimento direto no conflito com a Etiópia. A magnitude da Guerra do Ogaden, bem como a derrota subsequente, não apenas expuseram de forma aguda os limites materiais do Estado somali, como também comprometeram os próprios avanços anteriormente alcançados. O rompimento com a União Soviética e o consequente afastamento do projeto socialista contribuíram para a desarticulação das bases políticas e ideológicas do regime (Samatar 1987). Assim, os esforços de reconfiguração estatal empreendidos ao longo da década acabaram, em grande medida, soterrados nas areias do Ogaden, evidenciando a persistência — e o agravamento — das contradições inscritas desde a própria formação do Estado somali.

Os Territórios Perdidos: Pansomalismo Irredentista

A projeção regional do pansomalismo não constituiu um desdobramento tardio da política somali, mas um elemento constitutivo do próprio Estado desde a independência. A unificação das Somalilândias Britânica e Italiana, em 1960, representou a primeira materialização institucional do nacionalismo somali, mas também consolidou a percepção de que o projeto nacional permanecia incompleto sem a incorporação dos demais territórios habitados por populações somalis no Chifre da África. A estrela de cinco pontas presente na bandeira nacional expressava precisamente esse horizonte: as duas colônias unificadas, o Ogaden (Etiópia), o Distrito da Fronteira Norte (NFD, Quênia) e o Djibuti. Este compromisso irredentista, no entanto, colocou o Estado em uma trajetória de colisão geopolítica (Chonka e Healy 2021; Lewis 1988).

Desde a década de 1940, a unificação dos territórios somalis já era defendida, mas o processo iniciado em abril de 1960 fortaleceu essa demanda,

ao reforçar a defesa da autodeterminação dos povos somalis nas demais regiões divididas. Toda política externa somali nesses primeiros anos se pautou na questão dos “territórios desaparecidos” (Chonka e Healy 2021; Mohamed 1992). No entanto, como veremos, o projeto de uma Grande Somália novamente não obteve apoio externo, inclusive dentro do continente. Ao defender a ampliação das fronteiras sobre outros Estados africanos independentes, o pansomalismo não convergiu com o projeto pan-africano da Organização da Unidade Africana (OUA) e, menos ainda, com os interesses das potências ocidentais (Lewis 1963; Yuusuf 2021).

Em relação aos britânicos, o apoio inicial ao pansomalismo não se manteve igual ao do momento das independências. Buscando salvaguardar sua posição no Mar Vermelho e no Oceano Índico, preservando a “amizade” com as ex-colônias, Londres optou por não assumir qualquer responsabilidade quanto à concretização do projeto pansomali. No entanto, a questão dos somalis no Quênia constituiu um obstáculo (Thompson 2015; Yuusuf 2021).

No caso do Quênia, a mobilização política dos somalis no Distrito da Fronteira Norte resultou em demandas consistentes por secessão e integração à Somália¹⁵. Em apoio à atuação dos partidos somalis no Quênia, em 1961, a República da Somália concentrou suas forças nas exigências pansomalistas da província queniana, com discursos e protestos acontecendo em Mogadíscio em apoio à secessão e unificação. A estratégia do governo somali foi responsabilizar a administração britânica pela decisão do estatuto futuro do NFD, já que até 1963 o Quênia estava sob seu controle colonial (Yuusuf 2021; Thompson 2015). Diversas vezes, Londres havia apoiado o pansomalismo e, embora tenha posteriormente mudado de posição, ainda representava uma alternativa mais viável do que tentar convencer um movimento nacionalista multinacional, que reivindicava a independência na região, a aceitar a perda de parte do território. Apesar de uma comissão britânica ter reconhecido majoritariamente esse desejo, pressões quenianas, etíopes e francesas (hostis ao pansomalismo), levaram à manutenção do território sob soberania queniana em 1963, provocando o rompimento das relações diplomáticas entre Mogadíscio e Londres até 1967 (Thompson 2015).

Já na Somalilândia Francesa, a administração colonial atuou deliberadamente para conter o avanço do nacionalismo somali. No território do atual Djibuti, os somalis, estavam instalados no sul, na fronteira com a Somalilân-

¹⁵ No ano de 1960, uma série de petições começam a ser enviadas às autoridades britânicas do Quênia solicitando a separação do NFD e sua incorporação à República da Somália. No mesmo ano, também é criado o Partido Progressista Popular da Província Norte (NPPPP), defendendo a separação do Quênia e a união com os somalis (Thompson 2015).

dia Britânica, mas a população dividia-se quase que igualmente entre o povo Afar, no norte, e uma população urbana europeia concentrada no litoral. Com o fortalecimento do movimento pansomalista na região, nos anos prévios à independência, Paris iria favorecer a entrada dos Afar na burocracia estatal com o objetivo de garantir a área de influência francesa fora do projeto de integração somali¹⁶ (Clapham 2023; Touval 1963).

No caso do Ogaden, a questão assumia contornos ainda mais complexos. Integrada ao território da Etiópia, a região era habitada majoritariamente por somalis, mas inserida em um Estado multiétnico cuja coesão dependia, em grande medida, da manutenção de suas fronteiras. A elite Amhara controlava uma população diversa, multiétnica, muçulmana e cristã, mas também empobrecida e sem direitos. Os somalis eram uma parte considerável dessas minorias, mas existiam outros povos nas mesmas condições dentro do Estado etíope. As exigências somalis poderiam abrir uma “caixa de Pandora” de micronacionalismos dentro do país. Para os etíopes, o Irredentismo somali era a negação do direito de a Etiópia existir como Estado multiétnico (Clapham 2023; Woodward 2002).

A partir do início da década de 1960, rebeliões locais seguidas de repressões violentas, desencadeavam confrontos fronteiriços cada vez mais intensos. O governo de Haile Selassie empregou bombardeios aéreos e expedições punitivas brutais contra os nômades somalis, resultando em confrontos esporádicos com o exército somali na fronteira, até a escalada em 1964. A derrota somali nesse episódio evidenciou a disparidade do grande Exército Imperial Etíope e o nascente Exército Nacional Somali, reforçando a centralidade da questão da defesa na política somali, também inserida no contexto da Guerra Fria (Lewis 1988). Diante da prioridade concedida pelos Estados Unidos à Etiópia e ao Quênia, a Somália se aproximou da União Soviética, obtendo apoio militar e técnico para a expansão de suas forças armadas. Esse processo, no entanto, contribuiu para a intensificação do Dilema de Segurança no Chifre da África, estimulando uma corrida armamentista regional e elevando o potencial de escalada dos conflitos (Lefebvre 1991).

No plano continental, a relação da Somália com o pan-africanismo revelou-se igualmente contraditória, principalmente pela sua conexão com os etíopes: para os somalis, a Etiópia era vista como uma potência colonialista (Laitin 1979). Embora a Somália tenha buscado, de forma independente, inserir suas reivindicações no âmbito das instituições africanas, a criação da OUA em 1963 cristalizou a manutenção das fronteiras coloniais, e, portanto,

¹⁶ Somente em 1977, o Djibuti se torna independente com a mediação das Nações Unidas e da OUA (Woodward 2002).

legitimou a demanda etíope sobre o Ogaden (Akopari 2016). De fato, a defesa do pansomalismo entrava em choque com o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, resultando em um isolamento progressivo de Mogadíscio nas relações interafricanas. O projeto de uma “Grande Somália” deixava de ser percebido como expressão de autodeterminação e passava a ser interpretado como uma ameaça à estabilidade regional (Zoppi 2015; Mohamed 1992).

Sob o regime de Siad Barre, a agenda pansomalista não sofreu alteração substantiva em seu conteúdo. O que se transformou foi a percepção, no interior da elite político-militar somali de que a conjuntura regional e internacional tornava finalmente factível o projeto Irredentista. A crise do Estado etíope após a revolução de 1974, com o enfraquecimento do poder central em Adis Abeba em meio aos avanços da Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF) no Ogaden, foi vista como oportunidade por setores das elites civis, militares e burocráticas em favor de uma intervenção direta do governo somali (Woodward 2002; Laitin 1979; Samatar 1987). Somava-se a isso o fato de a Somália ter consolidado, ao longo da década de 1970, um dos maiores e mais bem equipados exércitos do continente africano, resultado direto dos investimentos militares acumulados desde a década anterior (Lefebvre 1991).

Mas a guerra civil etíope se tornou uma revolução socialista, alterando as dinâmicas da região com as superpotências (Halliday e Molineux 1981). A partir de então, o Chifre da África tornou-se um campo de batalha estratégico da Guerra Fria, com os Estados Unidos e a União Soviética disputando a influência (Jackson 2010; Ottaway 1982; Halliday 1977). Inicialmente, a superpotência socialista tentou manter sua aliança com os dois Estados da região e atuou intensamente para frear um conflito direto, inclusive com o envio do presidente cubano, Fidel Castro, à África para tentar uma negociação (Valenta 1980; Porter 1984).

No entanto, a crescente disposição dos Estados Unidos em conquistar um aliado no Chifre da África, somada à pressão de parceiros regionais como Egito e Arábia Saudita, reforçaram a percepção de que existia espaço internacional para sustentar uma ofensiva somali sobre Ogaden. Em outras palavras, a decisão pela guerra resultou não apenas da oportunidade militar, mas da convicção de que a Somália poderia realinhar seus apoios sistêmicos em favor de sua causa territorial, uma vez que o bloco socialista se recusava a endossar o Irredentismo (Jackson 2010; Mitchell 2016).

Mesmo assim, a dimensão sistêmica revelou-se decisiva para o desfecho do conflito devido ao papel do bloco socialista. A União Soviética e

Cuba passaram a sustentar de forma ampla e decisiva o esforço de guerra da Etiópia. O apoio soviético-cubano envolveu armamentos, assessoria militar, reorganização operacional do exército etíope e presença direta de 18 mil soldados cubanos e mais de mil assessores militares soviéticos, alterando profundamente a correlação de forças no terreno (Gleijeses 2006; Valenta 1980; Jackson 2010). Em contraste, a expectativa somali de compensar essa perda por meio de um rápido realinhamento com os Estados Unidos e o bloco capitalista mostrou-se ilusória. O apoio de Washington permaneceu superficial, diplomático e sobretudo promissório, sem equivalente material imediato ao engajamento oferecido pelo bloco socialista à Etiópia¹⁷ (Mitchell 2016; Lefebvre 1991). O resultado foi uma Somália progressivamente isolada no campo de batalha, enfrentando uma Etiópia respaldada por um dos maiores esforços internacionais de apoio militar do continente africano no período. Essa assimetria de comprometimento entre os blocos foi decisiva para o fracasso somali (Ottaway 1982).

Nesse sentido, o conflito no Ogaden de 1977 a 1978, não deve ser compreendido como simples produto da vontade de Barre, pois era parte de um projeto pansomalista construído mesmo antes da independência, e que naquele momento, convergiu com pressões internas e externas, oportunidade regional e cálculo estratégico (Laitin 1979; Cardoso 2020).

Portanto, a Guerra do Ogaden representou o ponto mais alto e o mais baixo do ideal pansomali (Yuusuf 2021). A tentativa de concretizar territorialmente o pansomalismo revelou-se incompatível com as capacidades materiais do Estado e com os limites impostos pela ordem regional e sistêmica. A derrota, nesse sentido, teve um efeito político e simbólico devastador: o que de fato afundou nas areias do Ogaden, foram simultaneamente o principal eixo de legitimação nacional do regime, a credibilidade das forças armadas como instrumento de integração e parte substantiva dos avanços produzidos pelo projeto socialista na década de 1970.

¹⁷A eleição de Jimmy Carter reforçou uma abordagem de política externa norte-americana naquele momento que priorizava a distensão com a URSS, mas que refletia principalmente o Efeito Vietnã (Jackson 2010). A ênfase nos direitos humanos e na resolução pacífica de controvérsias, fez com que as relações com o Terceiro Mundo não fossem vinculadas à disputa bipolar e Carter preferiu não colocar em cheque a *détenté* para apoiar mais fortemente a causa somali (Colucci 2012). Além disso, o principal objetivo dos norte-americanos já tinha sido concretizado: afastar a Somália dos soviéticos.

Conclusão

O argumento desenvolvido ao longo do artigo foi o de que o pansomalismo operou simultaneamente em duas dimensões: como força interna de integração nacional e como projeto externo de reunificação territorial. A tensão entre essas duas dimensões constituiu o núcleo contraditório do processo de formação do Estado somali.

Nesse sentido, a analogia entre união e unidade somali formulada por Farah e Eno (2022) ajuda a ilustrar a conclusão deste trabalho. A unidade somali — fundada na língua, na memória histórica e na cultura política compartilhada — precedia a independência e constituía um dado social e político reconhecido naquele povo. Já a união dizia respeito ao projeto político de centralização estatal e de reunificação territorial sob uma única autoridade soberana. No caso somali, essa passagem mostrava-se historicamente mais complexa porque amplos setores da sociedade não haviam constituído até então uma experiência duradoura de governo centralizado em escala territorial baseado nessa unidade. Assim, o problema histórico não foi a ausência de unidade, mas a suposição de que a união poderia emergir quase automaticamente dessa base sociocultural, sem a construção gradual das mediações materiais, institucionais e políticas próprias da autoridade estatal.

Foi precisamente nesse deslocamento que o pansomalismo deixou de atuar prioritariamente como horizonte de integração e passou a absorver recursos e legitimidade em direção ao Irredentismo. A questão da união territorial tornou-se mais forte do que a consolidação interna da unidade nacional efetiva. O resultado foi a subordinação progressiva do desenvolvimento de capacidades estatais à busca de uma solução externa para uma contradição que permanecia interna.

Há ainda um elemento histórico-estrutural adicional que complexifica a tentativa de converter a unidade somali em união estatal duradoura. A predominância secular de formas de vida pastorais e nômades, associadas a mecanismos descentralizados de regulação política baseados em pactos entre linhagens, significava que amplos setores da sociedade somali não haviam experimentado, antes do colonialismo, formas de autoridade centralizada em escala territorial comparáveis ao Estado moderno europeu. Isso não implica qualquer suposta incapacidade intrínseca de construção estatal, mas indica que o projeto de união política pós-1960 exigia não apenas integrar territórios coloniais distintos e superar o subdesenvolvimento periférico, como também produzir historicamente novas mediações entre formas sociais descentralizadas e um aparelho estatal centralizado.

Nessa direção, o revés da integração nacional somali não estaria ligado ao antagonismo essencial entre “clã” e “Estado”, ou seja, na existência (ou inexistência) de identidades locais em si. O desafio, portanto, está na ausência de mecanismos políticos e institucionais capazes de articular essas forças simbólicas com uma autoridade estatal universalista. Consequentemente, a autoridade central permaneceu frágil, excessivamente dependente de lideranças, do aparato coercitivo e de recursos externos.

Assim, quando o projeto pansomalista foi derrotado no Ogaden e o impulso desenvolvimentista do regime se desfez, revelou-se o vazio estrutural de uma união política que jamais se enraizou plenamente nas bases sociais da unidade somali. Dessa forma, o Ogaden foi o ponto de condensação das contradições internas, regionais e sistêmicas do Estado somali. A derrota no conflito representou também a derrota simultânea do projeto externo “expansionista” e do projeto interno de desenvolvimento. Também afundaram nas areias do Ogaden os principais instrumentos de integração nacional construídos desde 1960: a legitimidade das forças armadas, a promessa de autossuficiência, a integração entre norte e sul e a própria capacidade do Estado de atuar como autoridade universalista. A derrota de 1978 deve, portanto, ser compreendida como catalisador histórico, e não como causa isolada, da crise posterior. Ela tornou visível o vazio estrutural que o projeto da união havia mascarado: a ausência de uma base econômica autônoma, a persistência da dependência externa, a fragilidade institucional e a captura do Estado por elites burocrático-militares.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, Ali Jimale, org. 1995. *The Invention of Somalia*. Red Sea Pr.
- Akokpari, John. 2016. “África do Sul e a Arquitetura de Paz e Segurança da União Africana: Velhas Responsabilidades e Novos Desafios.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 1 (2): 2. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.65626>.
- Acosta, María Elena Álvarez, org. 2011. *África subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales*. Colección Sur-Sur. CLACSO.
- Amin, Samir. 2006. *Os Desafios da Mundialização*. Editora Ideias e Letras.
- Andrés, César García, e Pablo Arconada Ledesma. 2023. “Colonial Conflicts in the Horn of Africa: From European Presence to Ethiopian Imperialism (1880-1930).” In *Examining Colonial Wars and Their Impact on Contemporary Military History*, organizado por Miguel Madueño. IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-6684-7040-4.ch004>.

- Arrighi, Giovanni. 2006. "A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo." In *Contragolpes*, organizado por Emir Sader. Boitempo.
- Arrighi, Giovanni. 2016. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Contraponto.
- Bade, Zakarie Abdi. 2020. "Dynamics of Religion and Nationalism in Somalia: Allies and Opponents." *International Journal of Contemporary Applied Researches* 7 (8): 38–54. <https://www.ijcar.net/assets/pdf/Vol7-No8-August2020/4.-DYNAMICS-OF-RELIGION-AND-NATIONALISM-IN-SOMALIA-ALLIES-AND-OPPONENTS.pdf>.
- Barnes, Cedric. 2007. "The Somali Youth League, Ethiopian Somalis and the Greater Somalia Idea, c. 1946–48." *Journal of Eastern African Studies* 1 (2): 277–91. <https://doi.org/10.1080/17531050701452564>.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2008. "Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo." *Estudos Avançados* 22 (62): 171–194. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100012>.
- Brucan, Silviu. 1983. *La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y política*. Siglo Veintiuno Editores.
- Cardoso, Nilton César Fernandes. 2020. *Segurança Regional no Chifre da África: conflitos, atores, agendas e ameaças*. 10 ed. Série Africana. CEBRAFRICA; CEGOV.
- Carrillo, Norberto Carlos Escalona. 2011. "Somalia: Proceder de los actores internos, regionales e internacionales y su impacto sobre el conflicto en el período". In *África subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales*, 10 ed., organizado por María Elena Álvarez Acosta. Colección Sur-Sur. CLACSO.
- Cassanelli, Lee V. 1982. *The Shaping of Somali Society: Reconstructing the History of a Pastoral People, 1600–1900*. University of Pennsylvania Press.
- Chazan, Naomi, Peter Lewis, Robert Mortimer, Donald Rothchild, e Stephen John Stedman. 1999. *Politics and Society in Contemporary Africa*. 30 ed. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-14490-7>.
- Chonka, Peter, e Sally Healy. 2021. "Self-Determination and a Shattered Star: Statehood and National Identity in the Somali Horn of Africa." *Nations and Nationalism* 27 (1): 61–79. <https://doi.org/10.1111/nana.12646>.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511549823>.
- Clapham, Christopher. 2023. *The Horn of Africa: State Formation and Decay*. Hurst Publishers.
- Colucci, Lamont. 2012. *The National Security Doctrines of the American Presidency: How They Shape Our Present and Future*. Praeger.
- Diallo, Mamadou Alpha. 2021. "War and Conflict in the African Sahel Fruit of Historic and Permanent War between Two Empires: The Arab-Islamic Empire

- and the Western Empire.” *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations* 10 (19): 19. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.108448>.
- Elaigwu, J. Isawa, e Ali Al’Amin Mazrui. 2011. “Construção da nação e evolução das estruturas políticas.” In *História Geral da África VIII: África desde 1935*, 20 ed., organizado por Ali Al’Amin Mazrui e Christophe Wondji. Cortez; UNESCO.
- Farah, Abdulkadir Osman, e Mohamed A. Eno. 2022. *Theorising Somali Society: Hope, Transformation and Development*. Vol. 1. Pluriverse of Creativity: New Horizons of Planetary Realizations. Authorspress.
- Fasi, Muhammad ibn ‘Abd al-Wahid al-, e Ivan Hrbek. 2010. “O advento do Islã e a ascensão do Império Muçulmano.” In *História Geral da África III: África do século VII ao XI*, por Muhammad ibn ‘Abd al-Wahid al-Fasi, e Ivan Hrbek. UNESCO.
- Gleijeses, Piero. 2006. “Moscow’s Proxy? Cuba and Africa 1975–1988.” *Journal of Cold War Studies* 8 (4): 98–146. <https://doi.org/10.1162/jcws.2006.8.4.98>.
- Halliday, Fred. 1977. “US Policy in the Horn of Africa: Aboulia or Proxy Intervention?” *Review of African Political Economy* (10): 8–32. <https://www.jstor.org/stable/3997918>.
- Halliday, Fred. 1989. *Génesis de la Segunda Guerra Fria*. Fondo de Cultura Económica.
- Halliday, Fred, e Maxine Molineux. 1981. *The Ethiopian Revolution*. NLB.
- Hobsbawm, Eric J. 2008. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 50 ed. Paz e Terra.
- Irons, Roy. 2013. *Churchill and the Mad Mullah of Somaliland: Betrayal and Redemption 1899-1921*. Pen and Sword.
- Jackson, Donna R. 2010. “The Ogaden War and the Demise of Détente.” *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 632 (1): 26–40. <https://doi.org/10.1177/0002716210378833>.
- Ki-Zerbo, Joseph. 1972. *História da África Negra II*. Publicações Europa-América.
- Laitin, David D. 1976. “The Political Economy of Military Rule in Somalia.” *The Journal of Modern African Studies* 14 (3): 449–68. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00053519>.
- Laitin, David D. 1979. “The War in the Ogaden: Implications for Siyaad’s Role in Somali History.” *The Journal of Modern African Studies* 17 (1): 95–115. <http://www.jstor.org/stable/159897>.
- Laitin, David D., e Said S. Samatar. 1984. “Somalia and the World Economy.” *Review of African Political Economy* 11 (30): 58–72. <https://doi.org/10.1080/03056248408703584>.
- Ledesma, Pablo Arconada. 2018. “From Irredentism to State Disintegration: Greater Somalia during Siad Barre Regime (1969-1991).” *Revista Universitaria de Sociologie* 14 (1): 94–105. <https://uvadoc.uva.es/handle/10324/64488>.

- Lefebvre, Jeffrey A. 1991. *Arms for the Horn: U.S. Security Policy in Ethiopia and Somalia, 1953-1991*. Pitt Series in Policy and Institutional Studies. University of Pittsburgh Press.
- Lewis, Ioan Myrddin. 1963. "Pan-Africanism and Pan-Somalism." *The Journal of Modern African Studies* 1 (2): 147-61. <https://www.jstor.org/stable/159026>.
- Lewis, Ioan Myrddin. 1988. *A modern history of Somalia: nation and state in the Horn of Africa*. Westview Press.
- Lewis, Ioan Myrddin. 2008. *Understanding Somalia and Somaliland: Culture, History, Society*. Columbia University Press.
- Markakis, John. 1986. "Radical Military Regimes in the Horn of Africa." In *Military Marxist Regimes in Africa*, organizado por John Markakis e Michael Waller. Frank Cass.
- Metz, Helen Chapin. 1992. *Somalia, a Country Study*. Library of Congress. <https://arcadia.sba.uniroma3.it/handle/2307/5676>.
- Millman, Brock. 2014. *British Somaliland: An Administrative History, 1920-1960*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- Mitchell, Nancy. 2016. *Jimmy Carter in Africa: Race and the Cold War*. Cold War International History Project Series. Woodrow Wilson Center Press; Stanford University Press.
- Mohamed, Saeed Sheikh. 1992. "The Rise and Fall of Somali Nationalism." *Refuge: Canada's Journal on Refugees: Special Issue on Somalia* 12 (5): 4-7. <https://doi.org/10.25071/1920-7336.21675>.
- Møller, Bjørn. 2009. *The Somali Conflict: The Role of External Actor*. Universitäts- und Landesbibliothek Sachsen-Anhalt. <http://edoc.bibliothek.uni-halle.de/servlets/DocumentServlet?id=9999>.
- Nkrumah, Kwame. 1977. *A luta de classes em África*. Livraria Sá da Costa Editora.
- Nkrumah, Kwame. 2025. *Kwame Nkrumah: Discursos pan-africanistas*. Organizado por Efemia Chela e Vijay Prashad. Expressão Popular.
- Ottaway, Marina. 1982. *Soviet and American influence in the horn of Africa*. Studies of influence in international relations. Praeger.
- Pankhurst, Robert K., e Lee V. Cassanelli. 2011. "A Etiópia e a Somália." In *História Geral da África VI - A África do século XIX à década de 1880*, organizado por J. F. Ade Ajayi. Cortez; UNESCO.
- Pereira, Analúcia Danilevicz, e Rafaela Pinto Serpa. 2024. "Conflict Management in Africa: The African Union's Peace and Security Architecture (APSA)." *INTELLECTUS: The African Journal of Philosophy* 2 (1): 10-26. https://intellectus.com.ng/wp-content/uploads/2024/07/INTELLECTUS____PEREIRA_and_SERPA_Vol_2-1.pdf.
- Pereira, Analúcia Danilevicz, e Salvatore Gasparini Xerri. 2020. "O Sistema Mundial Contemporâneo: Uma Contribuição Para o Debate Sobre Desenvolvimento Na Teoria Do Sistema-Mundo." *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strate-*

- gy & *International Relations* 9 (18): 41-65. <https://doi.org/10.22456/2238-6912.108854>.
- Porter, Bruce. 1984. "The Ogaden war." In *The USSR in Third World Conflicts: Soviet Arms and Diplomacy in Local Wars 1945-1980*, por Bruce Porter. Cambridge University Press.
- Rivas, Edelberto Torres. 1981. "La Nación: problemas teoricos e historicos." In *Estado y Política na América Latina*, organizado por Ernesto Laclau e Norbert Lechner. Siglo Veintiuno Editores.
- Rotberg, Robert I., org. 2003. *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. World Peace Foundation; Brookings Institution Press.
- Samatar, Abdi I. 2016. *Africa's First Democrats: Somalia's Aden A. Osman and Abdirazak H. Hussen*. Indiana University Press.
- Samatar, Abdi I. 2019. "'Fate Worse than' artificial borders is the insidious African elite politics : the Somali case." *South African Geographical Journal* 101 (3): 357-78. <https://doi.org/10.1080/03736245.2019.1612769>.
- Samatar, Ahmed I. 1987. "Self-Reliance Betrayed: Somali Foreign Policy, 1969-1980." *Canadian Journal of African Studies / Revue canadienne des études africaines* 21 (2): 201-19. <https://doi.org/10.1080/00083968.1987.10803824>.
- Samatar, Ahmed I. 1988. *Socialist Somalia: Rhetoric and Reality*. Zed Press.
- Samatar, Said S. 1979. "Maxamad Cabdille Xasan of Somalia: The Search for the Real Mullah." *Northeast African Studies* 1 (1): 60-76. <https://www.jstor.org/stable/43660350>.
- Samatar, Said S. 1982. *Oral Poetry and Somali Nationalism: The Case of Sayyid Mahammad 'Abdille Hasan*. African Studies Series 32. Cambridge University Press.
- Samoff, Joel. 1982. "Class, Class Conflict, and the State in Africa." *Political Science Quarterly* 97 (1): 105-27.
- Sheik-Abdi, Abdi. 1977. "Somali Nationalism: Its Origins and Future." *The Journal of Modern African Studies* 15 (4): 657-65. <https://doi.org/10.1017/S0022278X00002299>.
- Thompson, Vincent Bakpetu. 2015. *Conflict in the Horn of Africa: The Kenya-Somalia Border Problem, 1941-2014*. University press of America.
- Tilly, Charles. 1996. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Touval, Saadia. 1963. *Somali Nationalism: International Politics and the Drive for Unity in the Horn of Africa*. Harvard University Press.
- Valenta, Jiri. 1980. "Soviet-Cuban Intervention in the Horn of Africa: Impact and Lessons." *Journal of International Affairs* 34 (2): 353-67. <https://www.jstor.org/stable/24356896>.

- Visentini, Paulo Fagundes. 2020. "Regimes Militares Marxistas Africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 5 (9): 33–53. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.97061>.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2025. "As Relações URSS-África nos Anos 1970-1980: Uma Proposta Analítica das Motivações, Condicionantes e Impactos." *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (19): 34–49. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.149438>.
- Visentini, Paulo Fagundes, Luis Dario Ribeiro, e Analúcia Danilevicz Pereira. 2014. *História da África e dos africanos*. 30 ed. Vozes.
- Wallerstein, Immanuel. 1973. "Class and Class-Conflict in Contemporary Africa." *Canadian Journal of African Studies* 7 (3).
- Wallerstein, Immanuel. 2005. *Africa: The Politics of Independence and Unity*. University of Nebraska Press.
- Woodward, Peter. 2002. *The Horn of Africa: State, Politics and International Relations*. I. B. Tauris & Company.
- Yuusuf, Muuse. 2021. *The Genesis of the Civil War in Somalia: The Impact of Foreign Military Intervention on the Conflict*. I. B. Tauris; Bloomsbury Publishing Plc.
- Zoppi, Marco. 2015. "Greater Somalia, the Never-Ending Dream? Contested Somali Borders: The Power of Tradition vs. the Tradition of Power." *Journal of African History, Politics and Society* 1 (1): 43–64.

RESUMO

Este artigo analisa o papel do pansomalismo como ideal e movimento na construção e na crise do Estado somali. Argumenta-se que o pansomalismo operou em duas dimensões simultâneas: como vetor interno de integração nacional e como projeto externo de reunificação territorial dos povos somalis no Chifre da África. A hipótese central sustenta que essa dupla função, inicialmente decisiva para a legitimação do Estado pós-colonial, converteu-se em fator de fragilização estrutural à medida que a agenda de integração interna foi subordinada ao Irredentismo. A partir de uma abordagem histórico-materialista, qualitativa e hipotético-dedutiva, organizada nos níveis nacional, regional e sistêmico, o artigo divide-se em três seções. Primeiramente, busca demonstrar como a Somália possuía, antes da independência, uma base identitária relativamente coesa, mas dividida em cinco territórios coloniais diferentes. Esses fatores acabaram influenciando para que os movimentos nacionalistas buscassem além da independência, uma unificação dos territórios. Nesse contexto, a unificação das Somalilândias Britânica e Italiana, em 1960, representou a realização inicial do projeto pansomalista, mas também inaugurou as tensões entre consolidação interna e projeção externa. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a priorização da agenda irredentista deslocou recursos e legitimidade do desenvolvimento estatal para a expansão territorial. A Guerra do Ogaden (1977–1978) condensou essas con-

tradições ao expor os limites materiais do Estado somali diante dos constrangimentos regionais e sistêmicos da Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE

Somália. Pansomalismo. Construção do Estado na África.

Recebido em 15 de abril de 2026

Aceito em 04 de maio de 2026¹⁸

¹⁸ Como citar: Serpa, Rafaela Pinto. 2025. “O pansomalismo na construção e na crise do Estado Somali: integração e Irredentismo.” *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 10 (20): 113-140. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.154960>.